

**O DEBATE HISTORIOGRÁFICO ACERCA DA CRISE DO
SÉCULO XIV: ENTRE A GRANDE DEPRESSÃO E O
DESENVOLVIMENTO DO MUNDO MODERNO**

**The historiographical debate about the 14th century crisis:
between the great depression and the development of the
modern world**

**El debate historiográfico sobre la crisis del siglo XIV:
entre la gran depresión y el desarrollo del mundo moderno**

Kátia Brasilino Michelin¹

Resumo:

A proposta do artigo é pensar como o século XIV foi compreendido pela historiografia europeia que se debruçou acerca desse período. Para tanto, serão colocadas, em cotejamento, perspectivas econômicas, políticas, sociais e culturais de análises que buscaram pensar o século XIV como um período de crises que culminaram no fim da Idade Média e início da Idade Moderna, com a emergência do capitalismo ou, então, que questionaram a ideia de crise e colocaram luz para os progressos do período e enfatizaram as permanências e continuidades. Sem a pretensão de esgotar o debate, a intenção, aqui, é, portanto, demonstrar as possibilidades interpretativas e revisões historiográficas acerca de um período histórico entendido como fundamental para se analisar o mundo ocidental.

Palavras chave: Historiografia, Idade Média, Crise do século XIV.

Abstract:

The aim of this article is to examine how the 14th century has been understood by European historiography that has delved into this period. To achieve this, we will juxtapose economic, political, social, and cultural perspectives of analyses that sought to consider the 14th century as a period of crises

that culminated in the end of the Middle Ages and the beginning of the Modern Age, with the emergence of capitalism. Alternatively, these analyses questioned the notion of crisis and shed light on the period's advancements while emphasizing continuities and persistences. Without claiming to exhaust the debate, the intention here is to demonstrate the interpretative possibilities and historiographical revisions concerning a historical period seen as fundamental for the analysis of the Western world.

Keywords: Historiography, Middle Ages, 14th Century Crisis.

Resumen:

El propósito de este artículo es analizar cómo el siglo XIV ha sido comprendido por la historiografía europea que se ha dedicado a este período. Con este fin, confrontaremos perspectivas económicas, políticas, sociales y culturales de análisis que buscaron considerar el siglo XIV como un período de crisis que culminó en el fin de la Edad Media y el comienzo de la Edad Moderna, con la emergencia del capitalismo. Alternativamente, estos análisis cuestionaron la noción de crisis y arrojaron luz sobre los avances del período, al tiempo que enfatizaron las continuidades y persistencias. Sin pretender agotar el debate, la intención aquí es demostrar las posibilidades interpretativas y revisiones historiográficas en relación con un período histórico considerado fundamental para analizar el mundo occidental.

Palabras clave: Historiografía, Edad Media, Crisis del siglo XIV.

Introdução

A abordagem acerca do século XIV foi tema de diversos estudos, tanto os que se preocuparam em debater esse século como objeto de pesquisa, problematizando se esse foi ou não um período de crises e rupturas (termos comuns: crise do feudalismo, crise da Baixa Idade Média e Crise do século XIV), quanto aquelas que colocaram nesse século os seus recortes temporais de análise: de início ou de finalização de ciclos. Ou seja, de um modo ou de outro, o século XIV tem isso foco de reflexão e debate por parte de medievalistas de diferentes abordagens teórico-metodológicas. Buscaremos, aqui, abordar um pouco a historiografia de diferentes vertentes que buscou pensar esse período.

De saída, cabe demarcar que os autores que debateram a crise do século XIV como objeto de análise podem ser divididos, *grosso modo*, em três tipos principais de análise: os que viram no século XIV um período de crise generalizada, por vezes resultado de várias crises locais; os que negaram a ideia de crise e os que propuseram a existência de períodos crises diversas com graus diferentes, contextualizadas e regionalizadas, mas não uma crise geral – ou seja, esses últimos defenderam que não houve uma crise geral no século XIV e chamaram a atenção para os pontos de “progressos” do período ou para os resultados positivos decorrentes das instabilidades e evitaram, em alguns casos, o uso da palavra crise no singular.

Olhares distintos acerca da crise do século XIV

Para início de conversa, é preciso ressaltar que, em linhas gerais, a maioria das discussões acerca do século XIV aborda ou debate argumentos econômicos que consideraram, principalmente, os elementos materiais, políticos ou demográficos para entender o período. Nesse sentido, foram apontadas uma série de causas (guerras, problemas agrícolas, doenças, baixas comerciais) para explicar o que se considerou um período de depressões e crise no século XIV. Dentre essa perspectiva econômica, destacam-se, aqui, três trabalhos produzidos, em meados do século XX, as obras de Henri Pirenne, *História Econômica e Social da Idade Média*, publicada na França em 1933; de Maurice Dobb, *Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo*, publicada na Inglaterra em 1945 e de Édouard Perroy, *As crises do século XIV: As origens duma economia contraída*, artigo publicado na Revista *Annales*, em 1949. Mais recentemente, o tema, numa perspectiva econômica, foi retomado por Guy Bois, em *A grande depressão medieval: séculos XIV-XV. O precedente de uma crise sistêmica*, de 2000.

O princípio do século XIV, para Henri Pirenne, conheceu o fim de um período de expansão da economia medieval, que até então tinha sofrido períodos contínuos de crescimento em “todos os domínios” da vida material (1968, p. 197). Na visão de Pirenne, essa expansão era caracterizada pelos seguintes fatores: desenvolvimento da “indústria” e do comércio; mudanças nas relações sociais devido às relações mercantis; ressurgimento das rotas de comércio marítimo europeu ao norte (Mar do Norte e Báltico) e ao sul (Mediterrâneo e Mar Negro); florescimento das cidades e da vida urbana; desenvolvimento da economia monetária e aumento populacional (PIRENNE, 1968). No século XIV, para ele, não houve propriamente um retrocesso ou decadência, mais uma estagnação ou paralisação do que ele entendeu por “vigor” social. No século XIV, defende Pirenne, houve o fim da expansão do comércio exterior, relativa paralisação da vida comercial, falência financeira de algumas casas monetárias, decadência de feiras e paralisação do crescimento populacional (ponto é considerado indício de saúde e vigor social). Tais mudanças ocorreram devido a uma série de “catástrofes” que aconteceram no período. Dentre elas, o autor considera quatro catástrofes divididas em dois tipos: 1) as naturais: a Fome de 1315 a 1317 (Flandres) e a Peste Negra; e 2) as políticas: a “Guerra dos Cem Anos” (entre a Inglaterra e a França) e as “Lutas Sociais” da cidade e do campo (no que veio a ser a Itália). Por conta dessas calamidades, para Pirenne, “o número dos consumidores restringiu-se e o mercado perdeu parte do seu poder de absorção” (PIRENNE, 1968, p. 197). Dentre os problemas apontados na análise de Pirenne, está o fato dele atribuir um peso muito grande à fome e à peste, sem esclarecer ou, pelo menos, explicar a proveniência da fome, apenas constata sua emergência e

considera a fome na ordem dos acontecimentos naturais.

Já a tese defendida de Maurice Dobb, ao pensar a evolução do capitalismo, é, claramente, marxista e foi elaborada em uma época em que as análises em torno das concepções de “crise” vinham ganhando espaço na historiografia acadêmica. Assim, o autor considera que, no século XIV, a Europa ocidental foi palco de uma grave crise, cujos desdobramentos respondem por uma série de outras tantas crises responsáveis por distonias que assumiram grandes proporções, culminando numa crise geral (ou grande crise). Em outras palavras, o

século XIV testemunhou uma crise da antiga ordem feudal, seguindo bem nos calcanhares do surgimento das cidades corporativas com grande medida de autonomia local, política e econômica, bem como uma influência grandemente aumentada nos negócios nacionais. Nessa crise, o modo de produção feudal, baseado na servidão, foi seriamente abalado e atingiu um adiantado estado de desintegração, cujos efeitos foram vistos na economia senhorial do século seguinte (DOBB, 1965, p. 33).

Preocupado com a formação do sistema capitalista, a pergunta condutora de Dobb é: “a que se deve a ruína do feudalismo enquanto sistema econômico?”. Para ele, a crise abalou seriamente o modo de produção feudal, conduzindo-o a um “adiantado estado de desintegração” (DOBB, 1965, p. 33). Não defende, entretanto, que a crise provocou o fim do feudalismo, nem a destituição da classe dominante medieval de imediato, mas contribuiu para sua desestruturação. Ou seja, embora a crise tenha se desenvolvido em proporções graves, a desintegração por ela produzida em relação ao sistema não foi total, mas parcial, pois alguns aspectos do sistema feudal sobreviveram por algum tempo. No caso inglês, por exemplo, a “desintegração do modo de produção feudal só viria no século XVIII com a guerra civil inglesa” (DOBB, 1965, p. 33).

Dizer que o feudalismo foi um sistema econômico implica entender que ele compreendeu não somente a produção e a distribuição de mercadorias e serviços, mas também relações sociais a elas correspondentes. Para Dobb, a característica desse sistema não são invariáveis, porém podem ser caracterizadas de três modos: desenvolvimento do trabalho agrícola compulsório nas terras do senhorio; formas de descentralização política e posse hereditária das terras; formas estatais centralizadas, isto é: posse por um senhor com funções judiciárias ou semijudiciárias em relação à população dependente dele. O central do conceito de feudalismo, para Dobb, é a servidão. Ou seja, a relação entre o senhor (aquele que detém a posse da propriedade), o produtor direto (na terra, o camponês e nas oficinas, o artesão) e o teor socioeconômico da obrigação que os liga entre si. Outros elementos do sistema importantes para Dobb são: limitação do uso da técnica (uso de instrumentos e técnicas rudimentares de produção); caráter individual da ação de produção, divisão do trabalho posicionada numa fase ainda bem inicial de seu desenvolvimento, produção limitada (voltada para as necessidades familiares ou da aldeia) e produção para

consumo imediato. Assim, esse sistema foi superado pelo sistema econômico capitalista (ou modo de produção capitalista). Essa passagem foi precedida por uma fase de declínio ou desagregação do sistema feudal: a crise do século XIV. Uma crise prioritariamente econômica que teve consequências nas relações de produção no campo e na cidade (DOBB, 1965).

A crise decorreu, para ele, da baixa produtividade do trabalho (devido à falta de técnicas de plantio e cultivo e sistema produtivo precário) e ao rendimento da terra desproporcional à expectativa da classe senhorial. Somaram-se a isso as guerras, o banditismo e os festins e exibições. Mas a causa maior foi a limitação do próprio sistema de produção, ou melhor, a ineficiência do próprio sistema. Desse modo, os senhores buscaram rendas extras, como a “subfeudação”, que significou a distribuição de terras à nobreza, com o objetivo de aumentar o número de vassalos. Essa necessidade foi decorrente do crescimento natural das famílias nobres, no qual o aumento populacional passou a exigir maior abastecimento, e do aumento das despesas das casas senhoriais e da Coroa, devido às guerras e à necessidade de combate ao banditismo. Além disso, o comércio com o estrangeiro exigia produção excedente, para ser mercantilizada. Diante da demanda de maior produção, começaram a surgir os arrendamentos e os trabalhos assalariados. Com o aumento da exploração, houve também o aumento da pobreza. Para Dobb, as guerras e a peste foram responsáveis por muita coisa, mas o declínio é perceptível antes da Peste e teve raízes econômicas. A peste só o agravou. Ele sustenta que a elevada mortandade decorrente da peste deveu-se em parte ao estado de penúria em que vivia a população, sobretudo, após as privações vividas em função da crise de gêneros (provavelmente relacionada ao desabastecimento de víveres) (DOBB, 1965).

Embora considerando que habitualmente se concorda em que, durante o século XIV e a primeira metade do século XV, a Europa Ocidental atravessou uma “crise” econômica de excepcional gravidade, Édouard Perroy chama a atenção para o fato de que: não há nenhum acordo acerca das causas e das modalidades dessa contração (PERROY, 1953). Desse modo, Perroy busca debater acerca das causas do que ele chama de crise, crises ou contração. Para ele, as divergências de interpretação do século XIV se originam devido ao fato de que a palavra crise é empregada pela historiografia para designar dois fenômenos distintos: tanto as bruscas depressões, limitadas no tempo, quanto um movimento de declínio durável e prolongado da economia. Para o autor, o século XIV conheceu os dois fenômenos. Uma série de crises próximas umas das outras – crise financeira e monetária de 1335-1345, crise frumentária de 1315-1320 e crise demográfica de 1348-1350 – exerceu ação paralisadora sobre a economia e a manteve, por um século, em estado de duradora contração (PERROY, 1953).

No que diz respeito a crise generalizada, Perroy apresenta argumentos acerca do aumento

dos lucros e da produção e da substituição das regiões que entram contração por outras. Por exemplo, o *déficit* da produção flamenga de tecidos foi coberto pela produção de seus rivais: Brabante, Normandia e Champagne (Reims, Châlons), dentre outros, cujos tecidos já se distinguiam pela sua beleza no mercado italiano, em 1260 (PERROY, 1953). Ou melhor, no caso dos tecidos, não há dúvida de que o volume global da produção aumentou. Assim, a decadência das feiras de Champagne – que diminuíram a partir de 1296 – não é sinal de reviravolta da conjuntura. Se a opressão fiscal dos exatores de Filipe-o-Belo (1268-1314) contribuiu para o seu abandono, outros fatores influíram: a abertura de novas estradas transalpinas, que permitiam a ligação mais direta de Milão à região renana; inauguração de uma via marítima direta entre o Mediterrâneo e Bruges decorrente dos aperfeiçoamentos técnicos dos navios italianos, principalmente, com a nova prática das grandes companhias comerciais da península, que eram as principais freguesas das feiras. Ou seja, os comerciantes ambulantes foram substituídos por comissários nos centros comerciais, que tratavam por correspondência com os compradores, enviavam os produtos e cuidavam dos impostos pontifícios. Nesse contexto, é notória, ainda, a multiplicação dos bancos e das transferências escriturárias (PERROY, 1953).

Para Perroy, a ideia de crise frumentária, anunciada desde 1314, por colheitas deficitárias seguidas de alto do preço do trigo, principalmente, em 1315, por retenção da colheita, se mostra difícil (PERROY, 1953). Nos Alpes e nos Pireneus, chuvas contínuas na primavera e no outono prejudicaram as sementeiras e prolongaram a carestia após 1316 e 1317. O trigo e o sal (por causa da evaporação das salinas) faltaram. A carestia causou epidemias, especialmente, nas regiões mais povoadas, cuja alimentação dependia de importações, como Flandres. Provavelmente, o alto dos preços fez com que a compra de alguns artigos diminuísse. Em 1317, todavia, voltou haver abundância de víveres e os preços caíram bastante, mas os salários e os produtos industriais continuaram a subir, diminuindo a margem de lucro (PERROY, 1953).

Entre 1335 e 1345, os reinos do Ocidente passaram de uma economia de paz a uma economia de guerra. Por conta disso, o período conheceu o fisco esgotador, a redução da produção agrária e artesanal, a diminuição da troca inter-regionais, a crise do crédito e a insegurança monetária. O fator principal desse contexto, na visão de Perroy, foi o fisco, pois a guerra não produziu somente muitas mortes, mas as despesas públicas cresceram de maneira inteiramente desproporcionada com os resultados obtidos, por conta das necessidades de recrutamento de exércitos, manutenção de castelos e abastecimento da cavalaria. Despesas que passam a somar com os dízimos eclesiásticos. Apesar desses pontos, para Perroy, o movimento geral dos preços em períodos bastante longos não justifica a visão pessimista (PERROY, 1953). Isso porque, acerca da peste e da carência de alimentos, Perroy afirma que a Europa Ocidental

conheceu longo período de “subpopulação”, no qual sua economia se mantinha duravelmente contraída. Não se deve concluir que as devastações da peste não puseram em perigo o *status* do grande proprietário de terras (PERROY, 1953). Era preciso ajustar a produção tanto à procura diminuída quanto à mão de obra rarefeita. A produção não se resumia ao consumo do camponês. O ponto de vista do autor é o do mercado. Com isso, ele debate a tese de que a produção era suficiente para a subsistência, pois não só os produtores dependiam da cadeia produtiva. Foram, pois, as classes médias, cavaleiros dos condados, mestres artífices das cidades, que se voltaram para o Estado a fim de pedir-lhe proteção contra a alta dos salários. A desagregação da exploração feudal, que se acelerou após 1350, é prova de contínuo enfraquecimento. A acentuação do contraste entre ricos e pobres repetiu-se e pode ser explicada pelos da epidemia e das agitações sociais da segunda metade do século. Em linhas gerais, entende-se que Perroy demonstra as causas diversas e leva em conta diferentes contextos, mas acredita numa crise generalizante no século XIV (PERROY, 1953).

Guy Bois, marxista e membro da Escola dos *Annales*, no final do século XX, voltou a debater sobre o tema e ressaltou a gravidade da crise do século XIV, chamando ela de “grande depressão”. Para Guy Bois, os séculos XIV e XV foram precedentes de uma crise sistêmica. Contudo, para ele, a crise não foi responsável pela emergência do sistema capitalista, que só ocorreu com a Revolução Industrial, a partir do século XVIII (BOIS, 2009). Para Bois, os séculos XI e XII viveram um movimento de crescimento de uma amplitude e duração excepcionais, o que alguns historiadores chamaram de verdadeiro renascimento (A. Saporì, por exemplo) ou primeira modernidade (Fernand Braudel, por exemplo). Esses séculos proporcionaram, na visão do autor, o impulso medieval que deixou rastros na Europa moderna e estabeleceu os fundamentos de sua hegemonia sobre o resto do mundo (BOIS, 2009). Apesar disso, ele não considerou a emergência do capitalismo de caráter sistêmico como obra do período medieval. Ele defendeu que a explicação de crescimento foi somente demográfica, entretanto o aumento demográfico não seria suficiente para o desenvolvimento de uma sociedade, se a economia não a seguiu e as epidemias proporcionaram considerável redução populacional. Para ele, não há uma percepção historiográfica clara das especificidades da sociedade medieval (BOIS, 2009).

Em sua análise, as estruturas da sociedade medieval compreenderam um desenvolvimento do campesinato e das técnicas artesanais em meio urbano. Para ele, pensar as diferentes facetas do crescimento medieval e suas influências recíprocas é fundamental para entender as entranhas do sistema social e o consequente término dele. Para tanto, Guy Bois analisou diversos elementos e seus contrapontos: a dimensão demográfica do crescimento, a colonização agrária e a suposta revolução técnica decorrente, a expansão dos burgos, a sociedade monetarizada, a promoção do

trabalho e o mercado como um instrumento decisivo para o sistema (BOIS, 2009). No entendimento de Guy Bois, a expansão demográfica está diretamente relacionada com a produção de pequenas unidades familiares, rurais e urbanas, e o crescimento econômico e demográfico estão relacionados. Para analisar a demografia, são importantes dois fatores: a natalidade e a mortalidade. Ou seja, uma adaptação da nupcialidade às variações de mortalidade. A Idade Média foi uma época de núpcias precoces, o que aumentava o período de fecundidade e permitia compensar a alta mortalidade, mas o crescimento populacional não pode ser entendido sem o social e o econômico. Isso porque, os lugares de alta densidade (norte da Itália, Paris e sul da Inglaterra) são os lugares de maior crescimento econômico. Bois contesta, no entanto, que o crescimento urbano foi impiedoso com o rural. A colonização agrária incluiu novos espaços (os bosques e os pântanos) e as iniciativas de rotação (campesinas e senhoriais, individuais e coletivas). Um ponto importante em sua análise foi o papel das ordens religiosas na exploração das terras. Para ele, a Europa se converteu cada vez mais em um mundo de pequenos produtores cuja unidade fundamental era a célula familiar e a afirmação do senhorio rural no século XI (BOIS, 2009).

A expansão demográfica foi acompanhada de um movimento de colonização agrária e do surgimento das atividades comerciais (burgos). Principalmente, em Flandres e na Itália, mercados e feiras se multiplicam, primeiramente, com a indústria de tecidos. Para ele, os historiadores negligenciaram o aparecimento dos burgos, destacando, por vezes, somente o aspecto jurídico desses locais. Os burgos, enquanto célula de povoamento com grupos ao redor, permaneceram na época moderna. Esses locais concentravam funções mercantis (feiras) e artesanais. Alguns tem tipificações: burgos metalúrgicos, mineiros, pesqueiros, salineiros. O uso da moeda se intensificou no século XIV, o que aumentou com as viagens medievais. As relações de trabalho também são importantes para o entendimento analítico do crescimento medieval, pois a mobilização de forças de trabalho que extrapolou o núcleo familiar, com a construção de obras públicas, minas, que nas sociedades antigas eram movidas pela escravidão. Na Idade Média, o trabalho é contratado. O cristianismo condenou a escravidão, porém o trabalho era modesto e pouco remunerado. Todavia, o trabalho passa a ser essencial para o homem na visão cristã. Com a economia monetária, o trabalho passou a ser também assalariado (BOIS, 2009).

Sobre as técnicas, Bois considerou que a historiografia apontava dois lados: revolução técnica (arado) e estancamento técnico por uma sociedade alheia à mudança. A técnica, para ele, é posterior, no século XII, com o moinho de água e mais tarde o de vento. Mas teria culminado em bloqueio, que seria retomado somente nos séculos XVIII e XIX. Sobre o bloqueio, Guy Bois fala sobre o fator cultural de horror às novidades e que a noção de progresso e crescimento era

estranha ao mundo medieval. Os conhecimentos eram passados de pai para filho e de mestre para aprendiz, priorizando as tradições. Tal bloqueio, para ele, teria tido um peso enorme no desencadeamento da crise do final da Idade Média, pois não foi possível encontrar alternativas técnicas diante de outras crises (BOIS, 2009).

Na visão de Guy Bois, o alívio excepcional dos séculos XI, XII e XIII e a importância das alterações demográficas, urbanísticas, técnicas, relacionadas ao trabalho e ao dinheiro, ou seja, em todos estes aspectos da sociedade estavam completamente modificados em relação ao período carolíngio. Ele acredita na longa duração, não acha que o século XIV foi um período de rupturas, pois a sociedade moderna conservou as características das sociedades daqueles três séculos, que foram modificadas somente com a Revolução Industrial. A crise do século XIV, apesar de ser generalizada, em sua visão, não foi suficiente para modificar o sistema (BOIS, 2009).

A ideia de que as crises do século XIV não provocaram o fim da Idade Média ou a passagem para o mundo moderno, defendida por Guy Bois, está relacionada com a concepção histórica do medievalista Jacques Le Goff (1979). Esse medievalista, em seus últimos trabalhos, preferiu usar a palavra crise entre aspas e defendeu a ideia de longa Idade Média. Le Goff, em certo sentido, buscou desconstruir os lugares comuns atribuídos à Idade Média: ideias de barbárie, de obscurantismo e de intolerância, de regressão econômica e de desorganização política. Na perspectiva de Le Goff, por exemplo, a Idade Média não inventou o moinho de água, que existia desde a Antiguidade, nem outras técnicas, mas, graças às novas relações de trabalho e tempo, a Idade Média fez desse moinho uma máquina “industrial”, que antes não era. É em torno do moinho, sempre próximo ao convento antes de se urbanizar, que se desenvolveu pouco a pouco um “mundo máquina”, cujas consequências rapidamente se fizeram sentir sobre a maior parte dos trabalhos, especialmente a metalurgia. Avanço esse que, para Le Goff, só foi superado com a Revolução Industrial no que diz respeito à mudança de mentalidades. Ainda sobre as mentalidades, Le Goff chama a atenção para o que considerou a grande evolução do Ocidente do século X ao século XIV, marcada por três grandes acontecimentos: a reforma gregoriana e a divisão sexual entre clérigos e leigos, o triunfo de um modelo monogâmico no casamento e a unificação conceitual dos pecados da carne no pecado da luxúria (luxuria), no quadro dos sete pecados capitais. Embora considerando os períodos de depressão econômica e social, o autor acredita na permanência das mentalidades medievais por um vasto período. Para Le Goff, a Idade Média durou desde o século II ou III da nossa Era até o século XVIII, quando teria morrido lentamente sob os golpes da Revolução Industrial. Essa Longa Idade Média é, para Le Goff, a história da sociedade pré-industrial e o momento da criação da sociedade moderna. Le Goff defende que essa ideia é uma importante ferramenta para romper com as ilusões do

Renascimento e dos Tempos Modernos. Assim o século XVI não constituiria uma ruptura com tempos medievais, pois a ideia de renascimento é consubstancial à própria Idade Média, que seria em suas palavras “um rosário renascimentos”, na qual ocorreram, por exemplo, o renascimento carolíngio, o renascimento do século XII e, depois, o dos séculos XV e XVI (LE GOFF, 1979).

No mesmo caminho, estão as ideias defendidas pelo discípulo de Jacques Le Goff, Jérôme Baschet (2006). Num diálogo com o livro clássico de Johan Huizinga, *O outono da Idade Média*, de 1919 e cuja versão final é de 1940, o medievalista francês Jérôme Baschet fez um panorama dos dois últimos séculos da Idade Média. Para Baschet, Huizinga paramentou o fim do milênio medieval com cores melancólicas, e a historiografia tendeu, na sua sequência, a evocar esse período somente sob a forma de uma crise profunda e generalizada. Com essa perspectiva, a única saída da época é o mundo novo da Europa renascentista e moderna (BASCHET, 2006, p. 247). Baschet reconhece as dificuldades do período da Baixa Idade Média, mas acredita é preciso se esforçar para medir com cuidado seu alcance, o que conduz a adotar um posicionamento historiográfico diferente. Para esse medievalista, é difícil traçar um limite cronológico preciso entre o desenvolvimento e o equilíbrio atingidos pela Idade Média Central e a inversão de tendência da Baixa Idade Média. Desde o fim do século XIII, o crescimento rural parece atingir seus limites de possibilidades, chegando – em relação as condições da época – a um “mundo pleno”, segundo a expressão de Pierre Chaunu. Entretanto, ao longo da primeira metade do século XIV, as dificuldades se acumularam, com a fome generalizada dos anos de 1315 a 1317 e com a Peste Negra (BASCHET, 2006, p.248). Os efeitos sociais devastadores da epidemia devem ser atribuídos, segundo Baschet, não ao primeiro surto, em 1348, mas ao seu retorno. A epidemia, transformada em pandemia, atacou de novo, de modo generalizado em 1360-61, 1374-75, 1400, 1412 até os ataques se tornarem mais localizados e menos mortíferos (BASCHET, 2006, p.248). Baschet compreende que os contemporâneos consideravam esse evento uma catástrofe, geralmente indentificada como um castigo divino, a menos que certos grupos sirvam de bode expiatório (assim, os judeus são acusados de terem contaminado os poços). A guerra também é considerada outro castigo divino, tanto as entre monarquias, Guerra dos Cem anos, como as locais, entre senhores. À lista de males da época, é preciso juntar o Grande Cisma que dividiu a Igreja romana entre 1378 e 1417 (BASCHET, 2006, p. 250) .

Embora o pessimismo tenha, inegavelmente, invadido os espíritos da época, com a obsessão pela morte, com os temas macabros: Triunfo da Morte e a Dança da Morte, o balanço do período deve ser moderado na perspectiva de Baschet. Se, no fim do século XV, a Europa não atingiu exatamente os níveis de população anteriores à epidemia, ela tendeu, ao menos, a aproximar-se deles. Esse período também foi responsável, segundo Baschet, pelo

desenvolvimento das cidades e do comércio e pelo reforço dos poderes monárquico, embora não seja seguro dizer que o fim da Idade Média marque uma mudança fundamental nas mentalidades urbanas, pois a aristocracia e o clero ainda possuíam uma visão depreciativa do mercador (BASCHET, 2006).

Em linhas gerais, Baschet pode ser considerado um historiador que se preocupa mais com as continuidades do que com as rupturas históricas. Assim, Jérôme Baschet afirma estar de acordo com a periodização de Longa Idade Média proposta pelo medievalista Jacques Le Goff e pensa a continuidade da Idade Média em terras americanas, mais especificamente no México, por meio da permanência de duas instituições medievais: a organização feudal e a Igreja. Ele acredita, desse modo, que sejam quais forem as diferenças entre a Europa medieval e a América colonial do século XVI, o essencial do feudalismo medieval podia a ser encontrado na América: o papel dominante e estruturador da Igreja; o equilíbrio da tensão entre monarquia e aristocracia modificou-se, sem que se rompesse, no entanto, a lógica feudal; as atividades cada vez mais importante dos homens de negócios, comprometidos com o comércio atlântico ou com a exploração dos recursos minerais e agrícolas do mundo colonial, permaneceram dentro dos marcos corporativos e monopolistas tradicionais, e estes homens seguiram orientando seus ganhos para a propriedade da terra e a aquisição do estatuto de nobre (BASCHET, 2006, p. 31).

Partindo, igualmente, do texto de Johan Huizinga, Philippe Wolff, no livro *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?*, de 1986, busca pensar esse período a partir do debate com argumentos historiográficos colocados como negativos e as considerações positivas acerca dos séculos XIV e XV. Assim, Wolff debate com o escopo historiográfico que identifica que no século XIV, em meio ao sofrimento com a peste negra e os conflitos políticos, a emergência de uma maior conscientização de si expressa nas artes. Florença, em especial, seria considerada berço do Renascimento Italiano no século XIV, sobretudo, em razão da presença de grandes literatos como Dante (1265-1321), Petrarca (1304-1374) e Boccaccio (1313-1375), que teriam desenvolvido obras em língua vernácula, ocasionando, inclusive, o aprimoramento da língua italiana, e expressando perspectivas individuais, aliadas à dedicação à cultura e filosofia gregas, tidas como pilares para o Renascimento do século XVI (WOLFF, 1988, p. 83). Apesar dessa posição, Wolff considera a problematização de Huizinga sobre o conceito de Renascimento, ao entender a variedade de sentidos que o termo Renascimento adquiriu ao longo dos estudos historiográficos, sendo que, em muitos deles, o denominador comum seria a relação entre Renascimento e produção artística. Portanto, Huizinga sustentou, segundo Wolff, que o Renascimento seria um conceito somente percebido no campo da cultura, e questionou as ditas rupturas entre a Idade Média e o Renascimento nos séculos XVI e XVII, usando como exemplo

a Reforma e a Contrarreforma, que nada tinham de liberdade e individualismo. Huizinga não encontrou diferenças nos aspectos referentes aos avanços de pensamento entre os conceitos de Renascimento e de Idade Média, e considerou o humanismo como fator existente antes mesmo da Renascença (WOLFF, 1988).

Wolff diagnostica que predomina uma visão historiográfica de que os séculos XIV e XV tiveram uma reputação lastimável. Para tanto, é muito comum os historiadores usarem expressões como: estagnação, recessão e crises. O autor confessa que também já partilhou desse pensamento e admite que, ao trabalhar sobre uma das regiões que mais sofreu as agruras desse tempo – Toulouse –, em 1952, ele considerou que ela passou por “uma economia estagnante com acidentes bruscos” (WOLFF, 1988). Seu objetivo, portanto, não é negar o que defendeu, mas precisar melhor os dados. Segundo ele, Huizinga encontrou uma belíssima fórmula para designar essa época: “outono da Idade Média”. Wolff chama a atenção para o fato de que o outono não deixa de dar belos frutos, apesar da proximidade com o inverno (WOLFF, 1988, p. 1). Assim, Wolff passou ressaltar o quanto de progresso e novidade esse período trouxe e chegou a se perguntar se esse outono não era de fato uma primavera – com frequência ainda atravessada pelas escarchas do inverno, mas com ricas promessas. Partindo, portanto, de pontos negativos e positivos do período, Wolff considerou os problemas, a saber: a fome, a guerra e a epidemia. No caso das fomes, ele considera que era evidente que a Europa tinha suportado inúmeras fomes nos séculos XIV e XV, mas as pesquisas não levaram em conta os aspectos geográficos. Ele observou três zonas climáticas: a região atlântica, a região mediterrânea e a zona continental. Segundo ele, era raro que as condições meteorológicas fossem más nessas três zonas ao mesmo tempo. Além disso, outro ponto que devia ser levado em consideração é a questão da desigualdade social, pois os mais ricos podiam, quando as notícias mostravam-se más, comprar todo seu grão de uma só vez, ao preço mais baixo e, em seguida, dosar o consumo, isso quando não chegavam a se transformar em especuladores. Os assalariados mais modestos deviam, ao contrário, fazer compras a cada oito dias, e suportar a diretamente a alta dos preços (WOLFF, 1988). Além disso, havia a alternativa de substituição da alimentação por alimentos mais “selvagens” que não sofriam tanto com os desgastes climáticos. Quanto a peste, para ele, o impacto dela também teve um componente social e geográfico, os campos e as montanhas teriam sido menos atingidos, do que as cidades. Entretanto, Wolff argumenta que era mais fácil um rico fugir das epidemias, assegurado como estava de um domicílio rural, menos dependente de um ganha-pão que o prendesse ao lugar. Onde existiam, os recenseamentos eram claros: o contágio devastava mais os bairros populares (WOLFF, 1988). Para Wolff, o efeito lógico da peste foi a crise de mão de obra e a convivência com a morte que fez florescer uma iconografia diversa sobre o tema. Já a guerra é

entendida, por ele, como uma realidade complexa, que só pode ser compreendida verdadeiramente graças a estudos locais e regionais cuidadosos. Assim, não só a França conheceu, nos séculos XIV e XV, momentos de conflitos e agitações. Na Alemanha, por exemplo, a ausência de um poder imperial respeitado fez com que reinasse uma anarquia mais ou menos grande. No caso da Guerra dos Cem Anos, ele defende que a expressão é enganadora. A guerra durou mais e menos do que cem anos. É a consequência natural do conflito surgido entre capetinos e plantagenetas nos séculos XII e XIII. Ela ressuscitou pouco antes de 1300, sob o rei invasor Filipe IV, o Belo (1268-1314), da França. Só acabou em 1453, com o acordo assinado em Castillon na Guyenne – simples trégua, na verdade, mas depois da qual a guerra não se reacendeu. Entre 1300 e 1435, os anos de paz e de trégua foram tão numerosos quanto os de guerra (WOLFF, 1988, p. 29-30). Para o Wolff, em linhas gerais, a depressão é anterior à Peste Negra. Ela começou por volta de 1270, e suas manifestações foram diferentes em cada lugar. Do mesmo modo, deu-se a retomada do desenvolvimento que se seguiu à depressão: entre o começo do século XV e o começo do século XVI. Segundo ele, nada despertou mais a atenção do que o desaparecimento de vilas. Para Wolff, a definição de vila é mal explicada, pois o que se entende por vila são lugares contendo igreja ou castelo, não apenas um modesto vilarejo. Para ele, é preciso distinguir, entre os abandonos, aqueles que foram temporários e as deserções definitivas (WOLFF, 1988). Outra distinção necessária é a de que algumas vilas foram abandonadas, mas não suas terras, distribuídas para a lavoura das vilas vizinhas. Bem como o aparecimento dos estados, caracterizados pelo clero, a nobreza e o terceiro estado, impuseram o pagamento de diversos impostos no período, o que agravou a carestia (WOLFF, 1988). Em contraponto, aos reconhecidos flagelos que assolaram à Europa, nos séculos XIV e XV, Wolff chama atenção para as regiões da Itália e dos Países Baixos. Para ele, as cidades começaram a requerer uma diversificação de alimentos, assim, às culturas sistemáticas da tríade ervilhas, feijões e favas, vão se juntar os espinafres, aipos, melões, aspargos e alcachofras (WOLFF, 1988, p. 83), bem como a diversificação das técnicas de cultivo, com o moinho de vento, na Holanda, interfere na produtividade do período. A economia cerealífera é a base, mas em, pelo menos, três zonas privilegiadas, Países Baixos, Inglaterra, planície do Pó, há uma evolução para a diversificação e para a criação de novas “tecnologias” que transformaram o sistema agrário e prepararam a “revolução agrícola” (WOLFF, 1988, p. 84-85). A floresta não é mais apenas protegida, as vezes, é explorada. Chegou-se a um novo equilíbrio. Do mesmo modo, a necessidade de produzir alimentos indispensáveis para uma população, sem dúvida decrescente, mais cada vez mais exigente, levou a cultivar melhor em áreas reduzidas, condições desfavoráveis do trabalho artesanal estimularam a pesquisar e a encontrar novas técnicas (WOLFF, 1988, p. 87). Além

disso, os séculos XIV e XV foram grandes consumidores de metal para as armaduras, os instrumentos agrícolas e artesanais e artilharia. As técnicas comerciais foram melhoradas e diversificadas, criaram-se, por exemplo, o seguro e os bancos. Os transportes terrestres e aquáticos foram melhorados, devido ao comércio, o que produziu uma maior circulação de notícias (WOLFF, 1988, p. p. 87). Tais mudanças culminaram nas grandes descobertas e na invenção da imprensa. O mais marcante de tudo foi, todavia, o progresso intelectual, com os humanistas italianos. (WOLFF, 1988, p. 48). Ou seja, os tempos árdus trouxeram inúmeras prosperidades, mesmo assim Wolff entende que, na transição do século XIV para o século XV, houve a ruptura causada pela crise de estabilidade e da prosperidade do século XIII, as quais teriam sucumbido perante as crises sucessivas de peste negra (1348, 1360-61 e 1374-75) e impactado, principalmente, as estruturas de poder e do comércio que foram reconfiguradas (WOLFF, 1988).

Numa perspectiva mais marcada de contestação da chamada crise do século XIV, está o pensamento de Jacques Heers, que, num debate direto com Henri Pirenne, questionou a existência de um processo de crises no século XIV, uma vez que o período do século V ao século XV teria possuído baixas populacionais, econômicas e culturais em diversos momentos e contextos e que o século XIV não teria apresentado nada de especial em relação a esses outros momentos. Numa passagem do livro *História Medieval*, Jacques Heers ilustra um pouco parte da controvérsia em relação a Pirenne:

Por um lado, este último [Pirenne (1982)] afirmava que o tráfico de longa distância se havia desintegrado em toda a cristandade após a conquista muçulmana do Mediterrâneo e que, portanto, o mundo carolíngio fora um mundo sem cidades. Por outro lado, considerava que apenas o comércio e os comerciantes eram responsáveis pelos surtos dos novos centros; o capital fundiário e a aristocracia rural não teriam aí qualquer atuação. Essas ideias de Pirenne devem ser, porém, seriamente corrigidas. (Heers, 1981, p.121).

Tal postura do historiador francês estava relacionada com o próprio questionamento da ideia de Idade Média e Renascimento. No livro provocador *A Idade Média, uma Impostura*, por exemplo, Heers busca desfazer os principais mitos normalmente associados a esse período histórico. Para ele, a Idade Média propriamente dita nunca existiu, já que a divisão do tempo histórico em diferentes períodos cronológicos não passa de uma convenção que não corresponde à realidade. Nessa obra, é refutado, também, o mito do “Renascimento”, nomeadamente do progresso em relação ao tempo anterior, que foi uma criação de publicistas ao serviço de um príncipe que convinha glorificar (HEERS, 1994), bem como a lenda da Idade Média como período obscuro, o que transformou palavras como “medieval” ou “feudal” em verdadeiros

insultos, é resultante, na visão de Heers, de uma orquestração levada a cabo pelos revolucionários de 1789 (HEERS, 1994).

Debatendo a ideia de que o período de crise foi fundamental para o aparecimento do próprio capitalismo e da era moderna, Heers afirma que

ao contrário das teses tradicionais, pode-se afirmar que numerosos meios de negócios utilizam, no século XV as técnicas e as formas do ‘capitalismo’ moderno. Este aparece bem antes do tráfico das Índias e do desenvolvimento de Antuérpia ou de Amsterdã. Sem dúvida, do ponto de vista jurídico e formal, essas técnicas diferem por vezes das utilizadas atualmente; mas sua eficácia é a mesma e correspondem a mentalidades claramente capitalistas. É sempre necessário, segundo ele, ressaltar bem que esse desenvolvimento e esse triunfo do Capitalismo moderno não dizem respeito ao conjunto do Ocidente, mas somente a algumas regiões, ou cidades, bastante avançadas: a Itália, a Alemanha do Sul, a Catalunha, as cidades inglesas, Londres e Calais, principalmente para o tráfico das lãs (HEERS, 1977, p.201).

Em suma, para Heers, não se deve pensar a época de forma generalizada e homogênea, pois ele não concordava com a fixidez do conceito “Idade Média” atribuída a um período “medieval”. A problematização de Heers sobre as rupturas mostrou que cada acontecimento poderia ser resgatado para criar períodos de transições, e essas divisões poderiam comprometer os estudos científicos.

Mesmo não tendo a “crise” do século XIV como objeto específico de análise, diversos medievalistas abordaram indiretamente sobre o tema e tocaram em alguns pontos sensíveis do debate. Vale destacar, aqui, alguns nomes como Bernard Guenée, Michel Mollat, Georges Duby e Jack Goody.

Bernard Guenée, em *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*, de 1971, foca nos séculos finais da Idade Média e vasculha desde as “mentalidades” acerca do poder, com suas formas de propaganda, até as expressões do poder do Estado – os “objetivos” da justiça, finanças, guerra e diplomacia –, abordando ainda a relação entre o Estado e os grupos sociais. Nessa obra, o autor busca definir a “personalidade própria” dos Estados dos séculos XIV e XV, visando retirá-los do “complexo de transição” entre o Estado Medieval e o Estado Moderno. O que de fato Guenée está buscando é a “originalidade da história dos Estados do Ocidente nos séculos XIV e XV”, as quais são encontradas no aumento do poder do príncipe, na (re)definição das estruturas hierárquicas da sociedade, e na “onda democrática” da passagem dos séculos analisados (GUENÉE, 1981, p. 239-240). Por meio desses breves apontamentos, é possível perceber que Guenée lança-se na discussão sobre o uso do termo Estado para o medievo. Suas preocupações já partem da percepção de que existiu um Estado, caracterizado como feudal, distinto do Estado Moderno, e é nesse quadro prévio que o autor busca a originalidade dos

séculos XIV e XV. Pretendendo identificar “definições e problemas”, Guenée avança em discussões sobre a aplicação do termo e observa que Estado deriva do vocábulo latino *status*, que em aspectos sociais e políticos só passou a designar o “estado do rei” (*status regis*) a partir de meados do século XIII. De acordo com o autor, a variedade de aplicações do termo ainda podia ser encontrada no século XVI, por mais que, na sociedade quatrocentista, já houvesse a “noção” de um corpo político submetido a um governo e a leis comuns (GUENÉE, 1981, p. 50-51). Destaca-se que Guenée enfatiza a existência de uma “noção de Estado” antes de 1500, noção essa que está relacionada aos termos políticos do período: *civitas*, *corona*, *regnum* e *respublica*. Concluindo sua reflexão, eis as palavras do autor:

Na realidade, existiram Estados no Ocidente nos séculos XIV e XV? Alguns pensadores de nossa época, apoiados em vários séculos de meditação e de evoluções políticas, dão uma definição precisa de Estado na qual a noção de soberania, em particular, adquire uma importância exagerada. (...) Mas não nos detenhamos demasiado nessa discussão a respeito dos termos. Não englobemos “Estado” numa definição precisa demais e moderna demais. E se achamos razoável admitir que exista Estado desde que haja num território uma população que obedeça a um governo, nesse caso, é evidente que no Ocidente, nos séculos XIV e XV, existiram Estados cujas estruturas políticas convém estudar (GUENÉE, 1981, p. 51-52).

Michel Mollat, por sua vez, no livro *Los exploradores del siglo XIII al XVI, primeras miradas sobre nuevos mundos*, de 1984, considera o século XIV como pujante no que diz respeito aos escritos acerca das viagens para o Oriente, impulsionadas a partir do século XIII. Por exemplo, além do Livro de Marco Polo, escrito no final do século XIII, há inúmeros manuais de mercadores datados do século XIV, como Jean de Mandeville (1300-1371). O mito do Preste João, segundo Mollat, impulsionou as espadas contra o islã tanto na África quanto no Oriente, nos séculos XIV e XV. Para ele, apesar das mudanças ocorridas entre meados do século XIII e meados do século XVI com a intensificação das viagens ao Oriente, há uma certa permanência de imagem do mundo recebida dos geógrafos da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média, recompilados nos séculos XIII, XIV e XV.

Já no que se refere à pobreza nos tempos medievais, tanto Michel Mollat quanto Georges Duby debateram ela no século XIV. Georges Duby, em *Guerreiros e Camponeses*, de 1973, explica o clima de revolta que varreu a Europa do *Quatrocentos* decorrente das pesadas taxações exigidas por reis e nobres, principalmente, a talha e a manutenção dos exércitos. Porém, fundamentalmente, localiza o germe do desespero dos camponeses nas tentativas vitoriosas dos senhores feudais em reagir contra a deterioração das suas rendas através da multiplicação das exigências de pagamentos. Nesse sentido, não ocorreram apenas revoltas de trabalhadores famintos em busca do pão, como também muitas sublevações aconteceram em regiões ricas e prósperas, como o

norte da Itália, em Flandres, ou a *jacquerie* francesa de 1358, que se explicam pelo ódio a novas taxas e pela tentativa de garantir a manutenção do *status quo*. São os senhores feudais, com suas novas e crescentes exigências atendidas por um comércio próspero, que promovem um profundo desequilíbrio estrutural (DUBY, 1978).

Já o antropólogo britânico, Jack Goody, no livro *Renascimentos um ou muitos?*, de 2010, com o objetivo de desconstruir o discurso eurocêntrico acerca da singularidade do *Renascimento Italiano* em relação à história mundial, considera que esse foi um momento importante não apenas em relação às artes e às ciências, mas defende que todas as sociedades estagnadas requerem algum tipo de renascimento para voltarem a se mover, e isso pode implicar num olhar retrospectivo sobre outras épocas (a Antiguidade, no caso da Europa) ou outro tipo de florescência. O autor não acredita que o Renascimento Italiano foi um ponto chave para a modernidade e para o capitalismo. Isso parece, para ele, uma afirmação de europeus com tendências teleológicas. Em sua opinião, as origens da modernidade e do capitalismo são mais amplas e encontram-se não apenas no conhecimento árabe, mas também nos influentes empréstimos da Índia e da China (GOODY, 2011). O que chamamos de capitalismo tem, para esse autor, raízes numa cultura letrada eurásiana mais ampla, que se desenvolveu rapidamente desde a Idade do Bronze (século III a I a.C.), com a troca de produtos e informações. O domínio da leitura e da escrita foi importante, em sua visão, porque permitiu o crescimento tanto do conhecimento quanto da economia, que depois proporcionaria a troca de produtos. Ao contrário da comunicação puramente oral, o conhecimento da leitura e da escrita tornou a linguagem visível, transformou-a em objeto material, que podia ser repassado entre culturas e existia da mesma forma no decorrer do tempo. Consequentemente, todas as culturas escritas poderiam, por vezes, olhar para trás e reviver o conhecimento passado e possivelmente levar uma florescência cultural, como foi o caso dos humanistas europeus. O que, para Goody, é uma nítida explosão do progresso. Para Goody, os primeiros humanistas italianos dos séculos XIV e XV, como Petrarca, que foi educado em Bolonha, evocavam constantemente uma “era dourada” das letras nos tempos antigos, levando à procura de manuscritos desses tempos. Esses documentos mostrariam não apenas a maneira apropriada para escrever em latim, ou de representar, mas também a maneira correta de viver, ou seja, não rejeitando o mundo, mas fazendo parte dele: a vida ativa (da cidade), em vez da vida contemplativa (do mosteiro) (GOODY, 2011). Para Goody, a ideia de um renascimento serviu, no plano discursivo europeu, não só para “caracterizar uma revitalização da atividade artística e científica, mas assinalou a decolagem para a prosperidade econômica, o ‘capitalismo’, a conquista mundial e a ‘modernização’” (GOODY, 2011, p. 15), todos intimamente relacionados. O Renascimento é definido como o “berço do modernismo secular”, o que para o autor parece um

exagero, pois considera somente uma perspectiva europeia e desconsidera os renascimentos em culturas mais antigas (GOODY, 2011, p. 287).

Considerações Finais

Como se pode notar, a crise do século XIV foi uma temática desenvolvida direta ou indiretamente por diversos autores. Chama atenção, num primeiro momento, as abordagens econômicas que viram nesse período uma época de crise generalizada, declínio e ruptura. Dentre os autores que defenderam tais ideias, estão Henri Pirenne, Maurice Dobb e Édouard Perroy. Outros autores questionaram a ideia de crise generalizada e buscaram trazer outras formas de interpretar o período, porém ainda numa perspectiva econômica, como foi o caso de Guy Bois. Além dessas, destacam-se autores que se propuseram a pensar, por meio de pressupostos não prioritariamente econômicos, as transformações do século XIV como um ponto de passagem para a emergência de um novo mundo: o mundo moderno. Dentre esses, destacam-se as pesquisas de Huinzinga e Wolf.

Em linhas gerais, pelo que foi desenvolvido, aqui, é possível considerar que Le Goff, Huizinga e Heers não acreditavam que houvesse uma ruptura definitiva no século XIV, fosse no âmbito das artes ou mesmo nas estruturas político-sociais. Na visão de Pirenne e de Wolff, em contrapartida, a peste teria levado à crise e à desestruturação do poder e do comércio. Guy Bois, Jacques Le Goff e Phillipe Wolff, embora discordando entre si quanto a curta ou longa duração da Idade Média, de maneira geral, preferiram pensar em diversas crises contextualizadas e regionalizados do que em uma crise geral. Nessa perspectiva, os motivos econômicos, na maioria das vezes, não são o centro da análise, mas aspectos sociais e culturais. Despontam, ainda, nessas análises, as características consideradas positivas do período como o avanço das técnicas e das mentalidades. Acerca das características positivas do período, destacam-se as análises de Guenée acerca do Estado, e Mollat sobre florescência das viagens medievais e como isso contribuiu para o alcance de novos mundos. Por fim, cabe ressaltar a perspectiva de Goody que entende a construção da ideia de renascimento num plano discursivo, que serviu ao pensamento europeu e que desconsiderou outros movimentos pujantes de desenvolvimento cultural e econômico.

Observa-se, portanto, que a lente que se coloca sobre o período, o enfoque territorial ou de enquadramento, são fundamentais para o entendimento que esse ou aquele autor tem do século XIV: um momento de crises e rupturas, o início da época moderna ou somente um momento retratação e renascimento como tantos outros que aconteceram. Percebe-se, além disso, que a visão de crise ou de progresso possui uma perspectiva europeia do que é uma história

de avanço e expansão econômica e cultural, o que se faz presente nas análises todos os autores aqui abordados, mesmo quando eles buscam desconstruir pressupostos interpretativos.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Unesp, 2016.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.
- BOIS, Guy. **La gran depresión medieval: siglos XIV-XV**. El precedente de una crisis sistémica. Madrid: Biblioteca Nueva/Universitat de València, 2009.
- CONTE, Giuliano. **Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.
- DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses**. Lisboa: Estampa, 1978.
- DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- DUBY, Georges. **O tempo das catedrais**. Lisboa: Estampa, 1993.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: o nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira (Org.). **Relações de Poder, educação e cultura na Antiguidade e na Idade Média**. Santana do Parnaíba: Sólis, 2005.
- GILLI, Patrick. **Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval**. Séculos XII-XIV. Campinas: Unicamp/Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- GOODY, Jack. **Renascimentos: um ou muitos?** São Paulo: Unesp, 2011.
- GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados**. São Paulo: Pioneira/USP, 1981.
- HEERS, Jacques. **A Idade Média, uma impostura**. Lisboa: Edições Asa, 1994.
- HEERS, Jacques. **História Medieval**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- HEERS, Jacques. **O Ocidente nos séculos XIV e XV (aspectos econômicos e sociais)**. São Paulo: Pioneira, 1981.
- HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**. Tradução de Augusto Abelaira. Lisboa; Rio de Janeiro: Ulisseia, s/d.
- HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Estampa, 1979.
- LIMA, D. M. X. “O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados”: o tema do Estado na historiografia medieval. **Revista Anima**, Ano 4, nº 5, 2014, p. 05-19. Disponível em: <http://anima.his.puc-rio.br/media/Artigo%201_Douglas%20Lima.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XIII al XVI. Primeras miradas sobre nuevos mundos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

PERROY, E. As crises do século XIV. As origens duma economia contraída. **Revista de História**, [S. l.], v. 7, n. 16, p. 255-272, 1953. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35777>. Acesso em: 23 set. 2023.

Notas:

¹ Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Analista no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e docente permanente do Mestrado Profissional do Iphan em Preservação do Patrimônio Cultural. E-mail: katiamichelelan@yahoo.com.br / <https://orcid.org/0009-0000-3267-5262>